

# MACHADO DE ASSIS: REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO FIM DO IMPÉRIO

Maria Célia LEONEL<sup>1</sup>  
José Antonio SEGATTO<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** Propõe-se o exame das relações entre determinados recursos literários de *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires* e elementos sociopolíticos e históricos da transição do Império para a República representados nesses romances machadianos. Pretendemos mostrar como, por meio de escolhas estruturais e linguísticas, no que se refere aos vínculos entre narrador, focalização e personagens, o escritor traz à baila questões substantivas da sociedade brasileira daquele momento. Ao contrário do que alguns analistas apontam, há, nessas narrativas, crítica às relações sociais e de poder. A forma como o escritor realiza, nos romances, a reflexão sobre tais relações enseja novas pesquisas.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Ficção. História. Política. Machado de Assis. Narrador.

Propomos, por meio do levantamento e da análise de determinados componentes literários presentes nos romances *Esaú e Jacó* de 1904 e *Memorial de Aires* de 1908, investigar a representação, realizada por Machado de Assis, de circunstâncias sociopolíticas e históricas num momento crucial da vida brasileira: a transição do Império para a República. Pretendemos examinar como, construindo de modo particular a estrutura e a linguagem narrativas, principalmente, as especiais relações entre narrador, focalização e personagens – protagonistas ou não – o escritor traz à baila questões substantivas da sociedade brasileira naquele momento.

A representação ficcional machadiana desse período não é tema original nos estudos sobre essas obras nem, tampouco, a análise das categorias salientadas e do discurso narrativo. Dos trabalhos que tratam desses tópicos destacamos, pela proximidade temática em relação a este artigo, o recente ensaio de Alfredo Bosi – “Figuras do narrador machadiano”, publicado nos *Cadernos de Literatura Brasileira* de julho de 2008 – e a tese de doutorado (inérita em livro) de Ismael Ângelo Cintra – *Retórica da narrativa em Machado de Assis* (Esaú e Jacó) de 1985. Tais estudos, além de serem distantes no tempo, têm dimensões e escopos diferentes; a aproximá-los está, entre outros pontos, o interesse pela focalização

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Literatura. Araraquara – SP – Brasil.14800-901 – mcleonel@fclar.unesp.br

<sup>2</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil.14800-901 – segatto@fclar.unesp.br

e, no que diz respeito a esse aspecto, a noção de intersubjetividade que permeia as relações entre narrador e leitor e que atenua o fato de nem todos os romances da chamada fase madura terem sido escritos em primeira pessoa.

Nosso objetivo é, como dito, procurar investigar os nexos entre os recursos explorados pelo escritor – no que se refere às categorias mencionadas e às relações entre elas – e a representação da história do país nos dois últimos romances machadianos. Consideramos que a forma específica pela qual, nesses romances, configura-se a peculiar ficcionalização da dinâmica sócio-política do país e a reflexão sobre ela – embora já tenha sido estudada por outros – enseje novas discussões.

### **As advertências: pistas e despistes sobre o narrador**

A presença de uma mesma personagem – o conselheiro Aires – nos dois últimos romances machadianos *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* (o que, aliás, já acontecera entre *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, em relação ao ex-mendigo e filósofo) tem chamado a atenção da crítica. Isso ocorre, também, por serem esses livros supostamente derivados de manuscritos deixados pelo conselheiro, personagem dos dois romances e narrador inquestionável do último. Com menor ênfase, tem chamado a atenção da crítica o fato de os dois romances contarem com advertências que informam sobre esse processo de reescrita.

De todo modo, em ambos os casos, é como se tivéssemos um palimpsesto, em que um mesmo editor teria realizado emendas – maiores ou menores – na escrita do conselheiro. Sendo assim, de acordo com as propostas de Gérard Genette em *Palimpsestes: la littérature au second degré* (1982), teríamos o hipotexto do conselheiro e o hipertexto do narrador-editor que assina M. de A. na advertência do último volume. Essa abreviatura, como a crítica já apontou, pode ser também a do título do livro – *Memorial de Aires*. Nas duas advertências, ressalta um procedimento literário comum, que é fazer crer ao leitor que a narrativa foi realizada a partir de um manuscrito encontrado, por exemplo, num baú. No caso em questão, conforme a advertência de *Esau e Jacó*, os cadernos manuscritos foram achados “na secretária” do conselheiro (ASSIS, 1975a, p.61).

Tal circunstância – o fato de a composição ser fruto de reescritura – pode ser, formalmente, rastreada ao longo de *Esau e Jacó*. O conteúdo desses textos introdutórios que são as advertências<sup>3</sup>, assinala que ambos os livros derivam de sete cadernos manuscritos do conselheiro Aires, salientando, a primeira advertência, que *Esau e Jacó* tem como origem o último deles, que “[...] não fazia parte do *Memorial*, diário de lembranças que o conselheiro escrevia desde muitos anos e era a matéria dos seis.” (ASSIS, 1975a, p. 61).

<sup>3</sup> A propósito das relações entre a advertência de *Esau e Jacó* e o texto do romance, ver “*Esau e Jacó*: de rivalidades e progenitura” de Sílvia Azevedo (2008).

Na mesma advertência a *Esau e Jacó*, lemos que o sétimo caderno “Era uma narrativa [...]” (ASSIS, 1975a, p.61). Lemos ainda que se vai “publicar somente a narrativa”. A se crer nessa advertência da advertência, temos uma justificativa a mais para a consideração do livro em pauta como romance, sem as dúvidas quanto à classificação que a forma de diário do *Memorial de Aires* pode suscitar.

Curiosamente, é só na advertência desse volume de 1908 que o leitor é informado sobre uma circunstância do livro anterior (*Esau e Jacó*), que, ficcionalmente, deve ser levada em conta na discutida questão acerca do narrador do romance de 1904: “Não houve [no *Memorial de Aires*] pachorra de a [a narração] redigir à maneira daquela outra [*Esau e Jacó*], – nem pachorra, nem habilidade. Vai como estava, mas desbastada e estreita, conservando só o que liga o mesmo assunto.” (ASSIS, 1975b, p.63). É interessante notar que, na advertência de 1904, nada é mencionado sobre o fato de um outro narrador pôr-se entre o sétimo caderno de Aires e o texto dado aos leitores como *Esau e Jacó*. Além disso, na advertência dessa narrativa, em que há tal figura interposta, não há assinatura, ao contrário daquela do *Memorial*. De toda maneira, a partir da advertência de 1908, o leitor deve crer que, no texto de 1904, alguém, um (in)determinado redator, com “pachorra” e “habilidade”, redigiu a narrativa e, no *Memorial de Aires*, essa atividade restringiu-se a desbastar e tornar mais estreito o manuscrito do conselheiro.

Todavia, no romance de 1904, dramatiza-se o ato de recomposição do sétimo caderno, incluindo-se – para dar ainda maior veracidade a essa tarefa – trechos literais do manuscrito, apresentados entre aspas e justificando-se a incapacidade do narrador para apresentar detalhes relativos a determinados acontecimentos e personagens porque as notas que teriam servido de base à narrativa não permitem tal atitude.

Assim, em *Esau e Jacó*, o conselheiro é autor do manuscrito que serviu de base à nova redação e ainda personagem que, tecnicamente, não detém o poder da palavra como narrador. No *Memorial*, ele é personagem e também narrador; a informação sobre o desbaste do diário fica apenas na advertência, não havendo, como no caso de *Esau e Jacó*, referências, ao longo do texto, ao trabalho de um editor.

Tais condições criam problemas para uma definição precisa da instância enunciativa nas duas obras. Tomando-se como ficcionalmente verdadeira a segunda advertência, a de 1908, o primeiro dos dois últimos romances teve um relator que reescreveu o diário deixado pelo conselheiro; o segundo teve apenas um impressor – figura que não é dramatizada no texto narrativo – mas que acreditou poder apresentar ao público “[...] a parte relativa a uns dois anos (1888 e 1889) [do diário], se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões”, tornando-a “desbastada e estreita” (ASSIS, 1975b, p.63). Sendo assim, temos, inicialmente, uma semelhança entre as instâncias narrativas dos dois romances: ambos contam

com modificações nos escritos do conselheiro, sendo o primeiro, a refação do manuscrito, e o segundo, sua reprodução, em que teriam ocorrido apenas omissões relativas ao manuscrito original.

Porém, em *Esau e Jacó*, há um narrador anônimo, que se apresenta na primeira pessoa, e que não é o conselheiro, ou finge não sê-lo e, no *Memorial*, a narrativa é formalmente atribuída ao conselheiro que, como esperado, enuncia também na primeira pessoa, já que se trata da representação de um diário. A pergunta mais insistente no que diz respeito a tal situação é: o fato de haver, tecnicamente falando, narradores diversos diferencia um romance do outro no que diz respeito ao modo de ver o mundo? A análise que se segue procura mostrar que a visão de mundo dos dois narradores relativa, em especial, aos acontecimentos históricos retratados nos romances, é a mesma, tentando ainda apontar a maneira como se constrói, na clivagem narrador, focalização e personagens, tal identidade de visão entre as duas composições.

Em termos formais, claramente, no que reporta ao narrador, temos figuras distintas nas duas obras – um redator no caso de *Esau e Jacó* e o conselheiro no *Memorial de Aires*. No que tange ao foco narrativo ou, de acordo com o conceito de Genette [19--], à focalização, não há a mesma evidência. Se, no *Memorial de Aires*, por força da caracterização formal da narrativa, a focalização só pode ser atribuída ao narrador – o conselheiro, responsável pela visão de mundo do romance – no caso de *Esau e Jacó* a identificação do focalizador é problemática, cabendo examinar a estrutura e o conteúdo desse texto mais detidamente.

### **Narração e focalização em *Esau e Jacó***

As primeiras páginas de *Esau e Jacó* revelam-nos um narrador que não participa dos fatos, relata de fora e tem a capacidade de penetrar na mente das personagens, além de conhecer, antecipadamente, toda a história.

Embora os dois primeiros capítulos deem a impressão de ter-se um narrador impessoal, no terceiro, ele apresenta-se em primeira pessoa. Acompanhando o pensamento do irmão das almas tentando justificar-se pelo ato de ficar com a esmola de grande valor, o narrador afirma por meio do discurso indireto livre: “Quem quer dar tanto vai à igreja ou compra uma vela, não põe assim uma nota na bacia das esmolos pequenas.” (ASSIS, 1975a, p.70) e, em seguida, acrescenta: “Se **mino**, não é de intenção. Em verdade, as palavras não saíram assim articuladas e claras, nem as débeis, nem as menos débeis; todas faziam uma zoeira aos ouvidos da consciência. (ASSIS, 1975a, p. 70, grifo nosso).

Causa estranheza o fato de esse narrador, sendo responsável por uma nova versão de um manuscrito que não era seu, optar por escrever o romance em primeira pessoa. Ainda que não se possa definitivamente dizer que tal narrador optou pela

peçoalidade, vale comparar tal escolha, por exemplo, com a de *Senhora* de José de Alencar (1979, p.3) sobre cuja origem lê-se:

A história é verdadeira; e a narração vem de pessoa que recebeu diretamente, e em circunstâncias que ignoro, a confidência dos principais atores deste drama curioso.

O suposto autor não passa rigorosamente de editor.

[...]

Tive tentações de apagar alguns desses quadros mais plásticos ou pelo menos de sombrear as tintas vivas e cintilantes.

Nessas explicações de “Ao Leitor”, o narrador alencariano manifesta-se pessoalmente, mas, no decorrer do romance, utiliza a terceira pessoa, ou seja, prefere a impessoalidade. Temos aqui o oposto do narrador machadiano, que não se compromete na advertência de *Esau e Jacó*, tratando do achado dos manuscritos de modo impessoal, a despeito de ser também um editor. Já no que se refere à pessoa verbal da narração nesse livro, embora, como dito, as circunstâncias que enformam a instância enunciativa não a tornem tão simples, está presente um narrador que diz **eu**.

Esse narrador tem uma visão onisciente dos fatos; inicia o discurso relatando a ida das duas irmãs à cabocla no morro do Castelo em 1871 e, no quarto capítulo, volta ao ano de 1869, para relatar a missa do *coupé* (ASSIS, 1975a, p.71). Tal momento do discurso serve para apresentar ao leitor alguns traços do banqueiro Santos e de sua mulher e contar, brevemente, o passado de ambos. O ponto principal desse capítulo é o fato de o casal, de origem pobre, ter-se tornado rico, isto é, o marido enriqueceu “[...] por ocasião *da febre de ações* (1855), dizem que revelou grandes qualidades para ganhar dinheiro depressa. Ganhou logo muito, e fê-lo perder a outros.” (ASSIS, 1975a, p.72). Vemos aí o que se costuma chamar de narrador machadiano, com a fineza cortante de suas observações críticas.

Além disso, o narrador pode atestar, logo na décima primeira página, que “Natividade era a mais bela mulher daquele tempo.” e acrescentar que, “No fim, com os seus cabelos quase sexagenários, fazia crer na tradição.” (ASSIS, 1975a, p.73).

O leitor interessado nos jogos de enunciação machadianos, iniciados na advertência desse volume de 1904, tem a curiosidade cada vez mais atizada ao longo do romance em virtude dos recursos utilizados nesse aspecto. Entrando na jogada, pode perguntar-se, por exemplo: O redator é também o narrador? Ou é tão somente o autor da reescritura que projetou um narrador, a ele delegando a voz narrativa, narrador esse que, por sua vez, finge ser apenas relator? Pode ainda perguntar se o manuscrito do conselheiro – a narrativa do último caderno – já trazia um narrador com tal capacidade de focalização onisciente ou se essa foi

uma escolha do redator. De todo modo, o resultado do(s) artifício(s) é a diferença de focalização: o narrador de *Esau e Jacó*, até certo ponto, é onisciente (inclusive no que respeita ao conselheiro) e o do *Memorial de Aires* apresenta focalização interna – de acordo com a classificação de Genette [19--] – selecionando fatos e personagens, dirigindo o discurso no que se refere ao modo de ver o mundo, mas só pode fazer especulações sobre o que as demais personagens pensam ou sentem. A descrição delas é, coerentemente, sempre externa.

O anônimo narrador de *Esau e Jacó*, em geral, explora a infinitude de sua onisciência, como no capítulo V – “Há contradições explicáveis.” – em que declina com clareza os motivos pelos quais o anúncio da missa do parente (pobre) de Santos fora “causa de tanto encolhimento” e por que o casal fora à missa com “tanta publicidade na carruagem, lacaio e libré.” Sendo a missa num “[...] recanto de um larguinho modesto nenhum conhecido daria com eles, ao passo que eles gozariam o assombro local; tal foi a reflexão de Santos”. (ASSIS, 1975a, p.74).

O capítulo traz outra característica desse narrador, muito conhecida dos leitores machadianos: ele não deixa de dirigir-se ao leitor dizendo “não me peças a causa [do encolhimento do anúncio]”, o que acaba revelando e ainda, metanarrativamente, disserta sobre as direções que um narrador pode tomar: “Um bom autor, que inventasse a sua história, ou prezasse a lógica aparente dos acontecimentos, levaria o casal Santos a pé ou em caleça de praça ou de aluguel; mas eu, amigo, eu sei como as cousas se passaram, e refiro-as tais quais.” (ASSIS, 1975a, p.74).

O narrador reitera a afirmação de que fala a verdade em outros momentos, como no capítulo XXVII – “De uma reflexão intempestiva” –, em que se dirige à leitora, desancando-a por apressada ao querer saber logo dos amores dos gêmeos, se amarão a mesma mulher:

Suponha que eles deveras gostem de uma só pessoa; não parecerá que eu conto o que a leitora me lembrou, quando a verdade é que **eu apenas escrevo o que sucedeu e pode ser confirmado por dezenas de testemunhas? [...] tenha confiança no relator destas aventuras.** (ASSIS, 1975a, p.116, grifo nosso).

Ou ainda no final capítulo XLVI, em que sugere ao leitor que faça de conta que está no teatro e diz como secar as lágrimas das mulheres arrancadas pela peça, conversando, agradando, contando anedotas: “Falo por imagem; **sabes que tudo aqui é verdade pura** e sem choro.” (ASSIS, 1975a, p.147, grifo nosso).

Como se vê, trata-se de um narrador que quer que acreditemos que não mente, que conta exatamente como as coisas se passaram, o que sua onisciência lhe faculta. Mas, concomitantemente, e de maneira hábil, ele joga com essa capacidade de onisciência, abdicando dela, quando essa postura não lhe é interessante. Tal

artifício pode ser debitado ao fato de querer fazer crer que o narrador não tem todas as informações, pois só pode relatar o que está no manuscrito do conselheiro.

Assim, no capítulo IV – o da “A missa do *coupé*” –, escreve:

**Que o motivo da pratinha** [lançada à caixa das almas] **de Natividade fosse pagar a adoração do defunto não digo que sim, nem que não; faltam-me pormenores.** Mas pode ser que sim, porque esta senhora era não menos grata que honesta. Quanto às larguezas do marido, não esqueças que o parente era defunto, e o defunto um parente menos. (ASSIS, 1975a, p.73; grifo nosso).

A adoração do defunto só é explicada na página seguinte: “João de Melo ficou alucinado quando a viu [...]” (ASSIS, 1975a, p.74); nesta oportunidade, o que importa, entretanto, é o fingimento do narrador onisciente, a quem faltariam detalhes relativamente a Natividade, mas que conhece os recônditos do marido.

Vale notar que outros momentos em que o narrador quer nos fazer crer que não sabe de tudo, também dizem respeito a Natividade (sob esse artifício estaria a crença de que as mulheres são mais misteriosas que os homens?). A propósito de sua tristeza face à rixa dos filhos, o narrador assinala em capítulo dedicado a essa personagem:

Engolidas as duas lágrimas, Natividade riu da própria fraqueza. Não se chamou tola, porque esses desabafos raramente se usam, ainda em particular; mas no secreto do coração, lá muito ao fundo, onde não penetra olho de homem, creio que sentiu alguma cousa parecida com isso. **Não tendo prova clara**, limitome a defender a nossa dona. (ASSIS, 1975a, p.101, grifo nosso).

Isso não impede, todavia, que o narrador conheça seu interior, podendo descrever seu modo de ser por meio de metáforas: “[...] a alma de Natividade era azul. [...] Um azul celeste, claro e transparente, que alguma vez se embruscava, raro tempestuava, e nunca a noite escurecia.” (ASSIS, 1975a, p.102).

Sobre os gêmeos também o narrador deixa de dar informações, escudado na circunstância de que é apenas relator habilidoso do último caderno de Aires: “Que pensassem um no outro, é possível; **mas não possuo o menor documento disto.**” (ASSIS, 1975a, p.128, grifo nosso). O mesmo ocorre quando o narrador diz que talvez os gêmeos tivessem se apaixonado por outras mulheres antes de fixarem-se em Flora: “Mas de tais [mulheres] não rezam as notas que servem a este livro.” (ASSIS, 1975a, p.116).

Já a atuação do conselheiro no relato da história de Pedro e Paulo como primeiro autor – o dos cadernos – pode ser rastreada no momento em que se lê: “Natividade disse baixinho à outra que ‘a cabocla era simpática’, não tão baixo que esta não pudesse ouvir também [...]”. (ASSIS, 1975a, p.65). No enunciado supõe-se, inicialmente, que as aspas indicam tratar-se de discurso direto, portanto, das



palavras pronunciadas por Natividade. Todavia, em sendo assim, o tempo verbal deveria ser o presente – a cabocla é simpática. Como está, pode-se pensar que as aspas se referem às palavras do manuscrito do conselheiro.

No capítulo XII, Aires é apresentado como personagem: diplomata em licença no país, por seis meses, aos quarenta ou quarenta e dois anos. Trata-se do perfeito cavalheiro: “[...] o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo. [...] Na botoeira uma flor eterna.” (ASSIS, 1975a, p.8). Sobretudo, era cordato, conforme afirma o narrador duas vezes no capítulo XXII denominado “Esse Aires” e como o leitor pode perceber ao longo da narrativa. O ofício de diplomata explica o modo de ser da personagem. Num capítulo adiante – o de número XXXII – intitulado “O aposentado”, o narrador volta-se novamente para essa personagem, agora aos sessenta anos, encalvecido, com “[...] menos carnes, algumas rugas [...] O passo é firme, o gesto suave, com aquele toque de galanteria, que nunca perdeu. Na botoeira, a mesma flor eterna.” (ASSIS, 1975a, p.122).

Os enunciados do narrador insistem na forma recatada das críticas do conselheiro, como no episódio do ladrão, em que relata os pensamentos da personagem, emendando:

Não lhe atribuam todas essas idéias. Pensava assim, como se falasse alto, à mesa ou na sala de alguém. Era um processo de crítica mansa e delicada, tão convencida em aparência, que algum ouvinte, à cata de idéias, acabava por lhe apanhar uma ou duas [...] (ASSIS, 1975a, p. 37).

Ao mencionar, de novo, esse modo de ser do conselheiro, o narrador lembra ao leitor que ele “[...] usava sempre concordar com o interlocutor [...] para não dissentir nem brigar.” (ASSIS, 1975a, p.227) E ainda, páginas depois: “Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas, senão é que essa mesma lhe aguçou a vocação de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dois verbos parentes.” (ASSIS, 1975a, p.248).

De regresso ao Brasil, depois de trinta anos de carreira diplomática no exterior, fora agraciado, pelos serviços prestados, com a comenda honorífica de conselheiro, conforme ele mesmo assinala sob a forma de discurso direto: “Conselheiro é um título que o imperador me conferiu, por achar que o merecia, mas não obriga a dar conselhos; a ele mesmo só lhos darei, se mos pedir.” (ASSIS, 1975a, p.165-166).

A longa experiência na diplomacia fez dele legatário de uma postura – “o calo do ofício” – comedida, reservada, conciliatória ou mesmo dissimulada que pode ser assim caracterizada: “Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia.” (ASSIS, 1975a, p.89). Refinado e circunspecto, viúvo e sem filhos, com vida discreta e frugal de aposentado, Aires passou a ser conhecido pelo título de conselheiro.



Trinta e tantos anos no exterior deram-lhe o título e a gravidade do título o fizeram aceito em todas as rodas da sociedade da corte. Aires, cético e arredo, [...] não tinha influência de nenhuma espécie, influência social ou política. Contentara-se em conviver com suas amizades, sem escândalos e sem pompas. (FAORO, 1988, p.44-45).

Certamente a “gravidade”, o caráter “cético e arredo” é que autorizaram alguns estudiosos como Eugênio Gomes (1973, p.1113) em 1958, a aventarem a possibilidade de o conselheiro ser uma espécie de *alter ego* do escritor: “Quaisquer que sejam as tendências ou as ilações da crítica, não há como não deixar de reconhecer em Aires um *alter ego* de Machado de Assis [...]”. Aires, “[...] que é um duplo do romancista, comporta-se geralmente como um esteta.”

O denominativo conselheiro usado pelo autor para caracterizar o papel de Aires nos dois romances pode ter, ao mesmo tempo, o sentido de comenda e de aconselhamento (político, sentimental etc) de outras personagens.

De toda maneira, é com essa postura grave, cética e arredia, que, aposentado, Aires gastava “O mais do tempo em ler e reler, compor o *Memorial* ou rever o composto para lembrar as cousas passadas.” (ASSIS, 1975a, p.124). O “memorial”, origem fictícia de *Esau e Jacó*, é apresentado pelo narrador no capítulo XLVI de modo resumido:

Aqueles almoços repetiram-se, os meses passaram, vieram férias, acabaram-se férias, e Aires penetrava bem os gêmeos. Escrevia-os no *Memorial*, onde se lê que a consulta ao velho Plácido dizia respeito aos dois, e mais a ida à cabocla do Castelo e a briga antes de nascer, casos velhos e obscuros que ele lembrou, ligou e decifrou. (ASSIS, 1975a, p.146).

O fato de o narrador manifestar preocupação com a distinção entre a verdade e a mentira, a sinceridade e a hipocrisia, o verdadeiro e o falso pode ser explicado pela circunstância de ser guiado pelos olhos do conselheiro. No capítulo “Esse Aires”, o narrador do hipertexto apressa-se em adiantar que o conselheiro – a despeito de pensar que “[...] nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula [...]” e compor “[...] as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem pílulas [...]” (ASSIS, 1975a, p. 9-90) – não enganava:

Não cuides que não era sincero, era-o. Quando não acertava de ter a mesma opinião, e valia a pena escrever a sua, escrevia-a. Usava também guardar por escrito as descobertas, observações, reflexões, críticas e anedotas, tendo para isso uma série de cadernos, a que dava o nome de *Memorial*.

A preocupação do narrador com a verdade é reiterada mais de uma vez; a essa preocupação pode até ser debitado o artifício de o narrador afirmar a impossibilidade

de prestar maiores esclarecimentos sobre determinadas circunstâncias porque o “memorial” não lhe permitia.

A aproximação entre o modo de ver do narrador e o do conselheiro – a ser melhor investigada adiante – é visível no seguinte trecho metanarrativo do “Caso do burro” (capítulo XLI): “Se Aires obedecesse ao seu gosto, e eu a ele, nem ele continuaria a andar, nem eu começaria este capítulo; ficaríamos um no outro, sem nunca mais acabá-lo.” (ASSIS, 1975a, p.139).

Cabe, porém, ainda uma pergunta sobre as categorias que nos ocupam: o conselheiro pode ser considerado protagonista em *Esau e Jacó*? E no *Memorial de Aires*? No que se refere a *Esau e Jacó*, se tomarmos o conceito comum de protagonista, visivelmente ele não ocupa esse papel. Embora não seja nosso escopo discutir nesta oportunidade a quem atribuir tal função, é de notar-se que, mesmo com a exclusão do conselheiro, essa definição não é fácil: Natividade ou os gêmeos ou os três? Ou talvez não seja pertinente tal questão nesse romance.

No caso do *Memorial de Aires*, não é possível dizer que o conselheiro é o protagonista sem alguma reflexão. De fato, tanto pode ser ele o protagonista quanto um dos casais – D. Carmo e Aguiar ou Fidélia e Tristão – ou ambos. Para considerarmos o conselheiro como protagonista do último livro de Machado de Assis, temos que levar em conta que o que sobleva na narrativa é a maneira de Aires ver, ouvir, pensar, comentar, julgar. A história dos dois casais e a relação entre eles serve para que ele possa apresentar seu modo de ver os homens em geral e as relações sociais e políticas no Brasil, bem como as pessoais e de parentesco. Assim é que temos que nos desvencilhar dos conceitos comuns relativos ao protagonismo e aceitar a hipótese de que o que tem relevância nessa obra é a focalização para tomarmos o conselheiro como personagem principal. Tal consideração vale também para *Esau e Jacó*, mas com uma complicação a mais: o conselheiro nesse livro, como visto, é personagem, mas não é o narrador. Podemos, contudo, admitir a mesma condição do *Memorial* se levarmos em conta que o narrador anônimo assume, de alguma maneira, a feição particular do conselheiro ao avaliar as coisas do mundo. Ocupamo-nos em seguida com esse modo de ver nas duas narrativas.

### **Finuras do focalizador crítico**

Os romances em foco, sobretudo *Esau e Jacó*, são prenes de referências histórico-políticas. A vida privada das personagens é, comumente, remetida à esfera pública. Em diversas passagens, surgem, na narrativa, por meio do testemunho do conselheiro, episódios e processos num momento fundamental da sociedade e do Estado brasileiro: a passagem da sociedade rural para a urbana e da ordem senhorial escravista para a liberal-burguesa. Tais mudanças corporificam-se na substituição do trabalho escravo pelo livre e na queda do Império e implantação da República.

Não por acaso, dos muitos momentos dos romances que dizem respeito ao processo histórico, dois são exemplares e devem ser destacados para efeito da análise a que nos propomos: a abolição da escravatura em 1888 e a implantação da República em 1889. Essas passagens – em que o real e o imaginário, a ficção e a história misturam-se e parecem indistintos – convidam o leitor à reflexão sobre problemas fulcrais da vida sociopolítica do país. Isso ocorre não pela menção a tais acontecimentos, mas pela especial maneira crítica, como veremos, de o conselheiro apreciá-los, pois, no caso do *Memorial*, ele é o focalizador e no de *Esau e Jacó* há uma certa contaminação dessa conduta na visão de mundo do narrador.

Começemos a investigação pelo *Memorial de Aires* porque nele o modo de ver as ocorrências é indiscutivelmente do conselheiro. Nesse livro, ele observa, nas anotações de 27 de março de 1888, a postura do barão de Santa-Pia que, diante da iminência da abolição da escravatura, desloca-se para o Rio de Janeiro e, alguns dias depois (10 de abril), resolve antecipar-se à medida do governo, alforriando seus escravos:

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição e obteve esta resposta, não sei se subtil, se profunda, se ambas as cousas ou nada:

— Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso.

Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ao outro? A alguém que lhe fez tal pergunta respondeu Campos que não. “Não, disse ele, meu irmão crê na tentativa do governo, mas não no resultado, a não ser o dismantelo que vai lançar às fazendas. O acto que ele resolveu fazer exprime apenas a sinceridade das suas convicções e o seu gênio violento. Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei”. (ASSIS, 1975b, p.93-96).

A lógica que guia as concepções e ações do barão, na versão de Aires, é a de que a abolição da escravatura só podia ser feita com o consentimento dos grandes proprietários. O Estado não deveria ou não poderia imiscuir-se nos negócios particulares e muito menos no sagrado direito da propriedade privada, considerada como direito natural. Brito Broca (1983, p.58) afirma que, de fato, a atitude de Santa-Pia é ilustrativa do modo como pensava aquela aristocracia escravista: “A idéia de

legitimidade da escravidão transcendia no seu espírito a do poder do governo para suprimir uma instituição cuja existência dependia exclusivamente do governo.”

O ato do barão, antecipando-se à imposição da lei, tem um sentido claro: alforria como ação generosa do senhor, que levaria os recém-libertos ao reconhecimento, à dívida de gratidão, à obediência e a laços de favor e fidelidade, emasculando a noção de direito, ou seja, seria uma concessão senhorial e não a conquista do direito à liberdade. O barão pretendia manter os escravos sob sua dependência; deixariam de ser escravos para tornarem-se agregados – liberdade condicional, sem emancipação do trabalhador negro. Ou, nas palavras de Santa-Pia registradas pelo conselheiro no mesmo dia 10 de abril: “— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, – pelo gosto de morrer onde nasceram.” (ASSIS, 1975b, p.94).

Aires anotara ainda, no dia 24 de fevereiro de 1888, a lembrança de uma festa de estudantes em São Paulo, na faculdade de Direito, quando fez um brinde a Lamartine, líder da revolução de 1848 na França. Comentando o ato juvenil com o desembargador Campos, este disse-lhe que seu irmão, o barão de Santa-Pia, “[...] crê que também aqui a revolução está próxima e com ela a República.” (ASSIS, 1975b, p.198). A observação tem um significado de advertência: a possibilidade de reação dos grandes proprietários escravistas contra a monarquia, os quais a consideravam cúmplice do abolicionismo – o trono havia rompido o pacto estabelecido desde o início da organização do Estado Nacional nas primeiras décadas do século XIX. Alguns autores, como Joaquim Nabuco (1947), acreditam que a República, em certa medida, foi uma reação dos escravocratas rurais ao Império.

Mas, em relação a tais relatos, interessa-nos, principalmente, poder observar que a crítica ao comportamento de Santa-Pia, revelador do *modus operandi* dos proprietários, é feita de forma indireta por meio de rápido comentário de uma personagem secundária.

Já no dia 19 de abril, o conselheiro registra o seguinte:

Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma coisa da resolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que li lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (ASSIS, 1975b, p.95-96).

Aqui temos, claramente, da parte do narrador-focalizador, a louvação do fim da escravatura cuja demora permitiu que o Brasil fosse atacado no exterior. Embora a condenação da existência e da permanência da escravidão seja visível – “Venha [a abolição], que é tempo.” – o conselheiro lança mão da censura exterior para reprová-la. O julgamento é direto, mas sem arroubo retórico.

No dia 13 de maio de 1888, o conselheiro informa que a abolição tornara-se lei. Comenta a grande movimentação e a “alegria geral”, com “cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à regente”. Afirma que, por seus hábitos, índole, idade e “costumes diplomáticos”, conteve-se, recusando-se a participar da agitação. “Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros.” (ASSIS, 1975b, p.96).

A descrição não deixa de ter uma dose de ironia – a festa da abolição é comemorada pelos não-beneficiados diretamente, os bem-postos ou a elite da sociedade imperial. Esse modo de representar não diverge da observação de uma historiadora: “[...] a escravidão foi abolida por um ato do parlamento com aplausos da galeria. Promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à própria sorte.” (COSTA, 1977, p.226).

Importa-nos, todavia, mais uma vez, a forma indireta – que carrega uma ironia sutil – de o conselheiro abordar essa questão.

De igual maneira, ele observa que, se uma parte da chamada boa sociedade comemorou o episódio da abolição, outra manteve postura indiferente; refugiada na comodidade da vida privada, conservou-se à distância, como se fosse alheia ao acontecido. Ao chegar a uma animada recepção na casa do casal Aguiar, crê que a atmosfera indicava que “[...] não há alegria pública que não valha uma boa alegria particular.” (ASSIS, 1975b, p.97) Ledo engano: o grande acontecimento que ali se comemorava não era a abolição da escravatura, mas uma carta que haviam recebido do afilhado Tristão dando notícias de Lisboa. Novamente, a fina ironia do conselheiro: “Eis aí como, no meio do prazer geral, pode aparecer um particular, e dominá-lo [...]. Por fim estimei que a carta do filho postigo viesse após anos de silêncio apagar-lhes a tristeza que cá deixou. Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem.” (ASSIS, 1975b, p.97).

Antecipando-se, com uma reflexão crítica, às operações em curso da classe dominante e do Estado brasileiro visando suprimir os vestígios documentais e históricos da escravidão, Aires afirma:

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia.

A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome será perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde “a casa Gonçalves Pereira” lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador. (ASSIS, 1975b, p.96-97).

Na vida política do país, pouco tempo depois da escravidão, na República, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda do governo Teodoro da Fonseca, tomou medidas oficiais para a queima dos registros públicos da escravidão. Os acontecimentos mostram que essas providências, por um lado, tornavam inviável qualquer recurso dos ex-proprietários de escravos visando indenizações; por outro, pretendiam apagar da história e da memória a instituição do trabalho escravo e suas mazelas. É importante notar como Machado de Assis, pelas palavras do conselheiro, questiona criticamente tais intentos latentes nas concepções dominantes.

Contudo, no excerto, observamos principalmente que o narrador-focalizador, ao fazer a crítica à escravidão e à possibilidade de seu apagamento, utiliza um recurso retórico – a alusão à permanência da memória dessa ignomínia garantida pela poesia de um grande autor alemão – e não um comentário crítico direto.

Os relatos do conselheiro contêm, dessa forma, uma acentuada perspicácia crítica – expressa, em geral, indiretamente, ora com ironia ora com temperança – sobre a abolição da escravatura. Tal postura contradiz certos juízos críticos feitos por alguns analistas, como é o caso da afirmação de uma historiadora, segundo a qual Machado de Assis “[...] manteve uma atitude discreta e reservada diante da abolição. Em seus romances, trabalhava com tragédias pessoais de indivíduos brancos e raras vezes, e apenas marginalmente, referia-se a escravos ou negros.” (COSTA, 1977, p.236). Tal comentário permite perguntar se entre os romances machadianos a que se refere está o *Memorial de Aires*.

No que diz respeito à representação da proclamação da República em *Esauí e Jacó*, o tom é também seguramente crítico, embora, mesmo nesse momento excepcional da narrativa em que a sequência de passagens e digressões reinventam os episódios que levaram a tal fato histórico, a crítica seja, no mais das vezes, encoberta. Isso é realizado pela constituição de um efeito que dá ao leitor a impressão de que os acontecimentos narrados – recriados a partir dos manuscritos do conselheiro – falam por si. Tal efeito é atingido pelo modo de narrar eivado de reprovação indireta, mas mordaz, ao construir a ação, sondar sentimentos, insinuar interesses escusos conformando o julgamento acerca do que é relatado.

O primeiro episódio a mostrar o que dizemos, já explorado pelos que estudaram esse romance, é constituído pelos diálogos do conselheiro com Custódio, dono

de uma confeitaria, sobre se a tabuleta podre, corroída pelo tempo e comida por insetos, deveria ser reformada ou substituída por uma nova. Em meio às hesitações do proprietário, é proclamada a República e o antigo nome, Confeitaria do Império, torna-se inconveniente. Manter o nome já tradicional poderia causar problemas com os novos donos do poder. Alterá-lo para Confeitaria da República não seria a melhor solução, pois poderia haver uma reviravolta política que obrigaria o confeitoiro a voltar atrás. Outra alternativa, sugerida por Aires, seria Confeitaria do Governo, que, por sua vez, poderia trazer a ira de uma possível oposição. As diversas possibilidades, diplomaticamente indicadas pelo conselheiro para a adaptação do dono da confeitaria à nova situação, foram aumentando as angústias e o desespero do comerciante.

O episódio da tabuleta é revelador não só do drama pessoal do pobre confeitoiro desarvorado, mas pode – ou exige – ser lido como uma alusão à impotência da massa da população diante de uma mudança política súbita e inopinada, em que o protagonismo é privilégio de alguns poucos. Veja-se que, no romance, tal circunstância não é reportada por meio de comentário aberto do narrador.

Em outra discreta referência, o narrador relata um episódio aparentemente banal. No dia anterior à queda do Império, um dos irmãos gêmeos, que estudava na capital paulista e que, não por acaso, era republicano, encontra-se no centro da cidade do Rio de Janeiro acompanhando a moça Flora e a mãe dela, D. Cláudia, que iam às compras. “Na rua Gonçalves Dias, indo para o largo da Carioca, Paulo viu dous ou três políticos de São Paulo, republicanos, parece que fazendeiros.” (ASSIS, 1975a, p.174). O gêmeo admirou-se de vê-los ali. É plausível supor que esse episódio refira-se, com fina sutileza, a adeptos do Partido Republicano que estavam conspirando com os militares para a derrubada da Monarquia e a implantação da República e, por isso, encontravam-se, naquele momento, no Rio de Janeiro. É conhecido o fato de que importante facção da burguesia cafeeira paulista atuou intensamente como agente nas articulações e operações relativas à mudança de regime e nelas desempenhou papel expressivo, além de ter dado aval político e lastro socioeconômico ao movimento que desembocou na parada militar de 15 de novembro de 1889.

Voltando à ficção, nesse dia, o conselheiro, como de costume, saiu de casa para um passeio matinal e não percebeu nada de anormal nas ruas, somente ouviu alguns boatos que não o abalaram: “Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas.” (ASSIS, 1975a, p.179). Pensou que fossem rumores falsos e somente às 14 horas tem a confirmação da mudança de regime pelo banqueiro-barão Santos, que o visitava aflito para aconselhar-se: “— É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é que se se não abrem mais, se vamos cair



na desordem pública; é uma calamidade.” (ASSIS, 1975a, p.188). Aires, homem experiente e astuto, que conhecia os meandros da política, o acalma:

Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição. (ASSIS, 1975a, p.188).

O banqueiro, no entanto, continuava amedrontado:

[...] receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas da sociedade? Recordou que o Terror... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele [...] Depois lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas. (ASSIS, 1975a, p.189).

Ainda que por meio do discurso indireto, a menção ao fato de tudo ser mudado sem nada alterar efetivamente no que se refere não só à grande política como à vida cotidiana das pessoas, está na réplica do conselheiro e não num comentário manifesto dele como narrador.

Santos saiu da casa do conselheiro ainda desconfiado; no largo do Machado, notou que “havia espanto, mas não havia propriamente susto”. (ASSIS, 1975a, p.190). Ao chegar a casa, chamou a família e conversaram sobre os acontecimentos com moderação. Terminado o jantar, o filho Paulo (republicano) “[...] bebeu à República, mas calado, sem ostentação [...]” (ASSIS, 1975a, p.191-192). O outro filho, Pedro (monarquista),

[...] quis dizer alguma frase de piedade relativamente ao regime imperial e às pessoas de Bragança, mas a mãe quase que não tirava os olhos dele, como que impondo ou pedindo silêncio. De mais, ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamações, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo. (ASSIS, 1975a, p.192).

À noite, Paulo saiu com amigos à procura de alguma manifestação popular em comemoração à vitória da República; foram “[...] aos jornais, ao quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro.” (ASSIS, 1975a, p.193). Nada. Conversaram com soldados, vistos como heróis da façanha, mas não obtiveram nenhuma notícia, nem mesmo eles sabiam o que sucedia; eram simples coadjuvantes. Paulo ainda sugeriu “[...] cantarem a *Marselhesa*; os outros não quiseram ir tão longe [...]” (ASSIS, 1975a, p.193). Voltaram, recolheram-se pacificamente a seus lares, se não decepcionados, ao menos surpresos. Na cama, Paulo pôs-se a refletir, ainda pasmo, sobre como os acontecimentos puderam ter tido um desfecho tão fácil e rápido; a mesma indagação era feita, concomitantemente, na cama ao lado, pelo irmão Pedro. Paulo, por sua vez, continuava a perguntar:

— Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela cousa? [...] Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, de certo, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo. Deodoro é uma bela figura. Dizem que a entrada do marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regime estava podre e caiu por si [...]. (ASSIS, 1975a, p. 195).

Sem sombra de dúvida, a maneira como esse acontecimento é narrado traz ao leitor mais do que no caso da tabuleta, mas completando-o, a indicação de que a proclamação da República foi feita sem a participação popular e, sobretudo, de que nada mudaria de fato no que concerne à vida do país e das pessoas.

O narrador em *Esau e Jacó*, como se pode observar, embora não seja formalmente o conselheiro, age como ele no *Memorial*, ao relatar os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, expondo figuradamente uma situação (tabuleta), aludindo a outra (políticos paulistas no Rio de Janeiro). Em todos os momentos, Machado de Assis, usando a imaginação, recria e revela por meio da inventividade artística uma situação inusitada sem dizer isso abertamente.

É de forma dissimulada que o escritor critica fatos sintetizados em sua narrativa. Embaralhando fantasia e realidade, reprova obliquamente múltiplos aspectos de um momento crucial e contingente, os quais constituem elementos extensivos na história brasileira: alterações da ordem operadas por uma pequena elite; divórcio entre a população e o Estado, afastando o povo da política; mudanças sem ruptura; modificações sem traumas; processo de transformação e conservação. Mudava-se tudo, para se manter tudo como estava. Não há observações diretas do narrador quanto a tais circunstâncias, porém, mais uma vez, o modo de narrar os acontecimentos diz tudo. A crítica é acerba, porém, indireta. E o conselheiro – *alter ego* do escritor? – é a base dessa forma de condenar.

Pelo exposto, entendemos que os dois últimos romances de Machado de Assis não só contêm uma visão de mundo particular, mas intimam o leitor à reflexão crítica sobre problemas humanos e históricos. Não obstante a postura aparentemente impassível do diplomata aposentado, a esfera pública e o processo histórico – sabiamente reiventados por meio do fio narrativo desenrolado pelo cotidiano das personagens – são permanentemente interpeladas.

O testemunho do conselheiro, que recria ficcionalmente a história, não deixa de ter uma boa dose de verossimilhança. O importante, todavia, é que ele observa a história e reflete sobre ela, construindo, na ficção, uma versão altamente crítica, embora sutil, daquele processo.

Portanto, nos dois romances, nem a história é apenas ilustração da ficção (SANT'ANA, 1984), nem simples pano de fundo do cenário narrativo (MERQUIOR,

1979), nem a ficção é mero recurso instrumental para leitura e compreensão da história brasileira (GLEDSON, 1986). O mais provável é que neles a “[...] ficção ficcionaliza a História e a História historiciza a ficção” (LIMA JÚNIOR, 1990, p.76) e que, como afirma Luiz Costa Lima (1981, p.112), a “reflexão ficcional machadiana” contém “uma dimensão extremamente crítica de sua sociedade.”

Mas o que importa, neste trabalho, é a possibilidade de investigar a forma como se dá tal visada crítica, que não se manifesta explicitamente; em consequência disso, alguns estudiosos chegaram a garantir que Machado de Assis não se manifestou sobre a escravidão. Em ambos os livros, as ressalvas ao ser humano, a suas fraquezas e mesquinhas, às relações sociais e políticas brasileiras são apresentadas, principalmente, com recursos próprios da composição narrativa que não apenas a história ou a ação das personagens. É neles fundamental a construção do narrador e, sobretudo, da focalização em consonância com essas e outras categorias da narrativa.

No caso do *Memorial*, a crítica à forma como foi feita a abolição da escravatura é manifestada por meio das insinuações do narrador também responsável pela focalização. Quanto à proclamação da República em *Esau e Jacó*, pode-se constatar que o espírito crítico é o mesmo; o artifício formal da existência de um narrador-editor anônimo é paralelo à impregnação, na narrativa, da visão de mundo da personagem Aires, ao que tudo indica, responsável pela focalização.

O modo de a crítica exercer-se nos romances é debitado ao conselheiro, que teve a diplomacia como ofício, imbuindo-se do espírito sereno e cauteloso exigido por ela, de maneira a constituir-se e comportar-se como se espera de quem exerce tal profissão, isto é, recatadamente, não emitindo opiniões radicais. A impressão – ou efeito – de recato provém do fato de as críticas – às vezes mordazes – serem apresentadas ambígua e maneiramente. Esperamos que o exame realizado tenha conseguido revelar uma parte dos recursos utilizados para que a acidez se cubra de temperança, em consonância com a máscara de impassibilidade e resignação do conselheiro, e salientar que – com constância e mesmo insistência – as obras são plenas de reflexão crítica sobre as relações sociais e de poder nos estertores do Império e nos primeiros anos da República.

LEONEL, M. C.; SEGATTO, J. A. Machado de Assis: literary representation of the end of Brazil's second empire period. *Itinerários*, Araraquara, n. 29, p.333-352, July/Dec. 2009.

■ **ABSTRACT:** *Our purpose is to examine the relations between certain literary procedures used in Esau and Jacob and Counselor Ayres' Memorial (also translated as The Wager: Aires' Journal), and socio-political and historical elements present in*

*the transition from the Empire to the Republic, both represented in these two novels by Machado de Assis. We aim to show how – by means of structural and linguistic choices concerning the bonds between narrator, focalization and characters – the writer brings into discussion important subjects of the Brazilian society at that moment. Contrary to what is pointed out by some critics, there is a critique of the social and power relations in these narratives. The way in which the writer conducts his reflection on these relations gives rise to new researches.*

■ **KEYWORDS:** Fiction. History. Politics. Machado de Assis. Narrator.

## Referências

- ALENCAR, J. de. **Senhora**. Edição crítica de J. C. Garbuglio. Rio de Janeiro: LTC, 1979.
- ASSIS, M. de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975a. (Edições críticas de obras de Machado de Assis, v.15).
- \_\_\_\_\_. **Memorial de Aires**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975b. (Edições críticas de obras de Machado de Assis, v.10).
- AZEVEDO, S. M. *Esaú e Jacó: de rivalidades e progenitura*. **Fronteiraz**, São Paulo, v.1, n.1, p.1-10, mar.2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/revistafronteiraz>>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- BOSI, A. Figuras do narrador machadiano. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, n.23/24, p.126-162, jul. 2008.
- BROCA, J. de B. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. São Paulo: Pólis, 1983.
- CINTRA, I. A. **Retórica da narrativa em Machado de Assis (Esaú e Jacó)**. 1985. 254f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- COSTA, E. V. da. O mito da democracia racial. In: \_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p.227-242.
- FAORO, R. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- GENETTE, G. **Palimpsestes: la littérature au second degré**. Paris: Seuil, 1982.

\_\_\_\_\_. **Discurso da narrativa**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, [19--].

GLEDSON, J. Esaú e Jacó e Memorial de Aires. In: \_\_\_\_\_. **Machado de Assis: ficção e história**. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.161-255.

GOMES, E. O testamento estético de Machado de Assis. In: ASSIS, M. de. **Obra completa**. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1973. p.1097-1120.

LIMA, L. C. Sob a face de um bruxo. In: \_\_\_\_\_. **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. p.57-123.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Quando a ficção se historiciza e a história se ficcionaliza. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.55-82, 1990.

MERQUIOR, J. G. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1979.

NABUCO, J. **Minha formação**. São Paulo: Ipê, 1947.

SANT'ANA, A. R. de. **Análise estrutural de romances brasileiros**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

Recebido em 24/07/2008

Aceito em 12/12/2008

